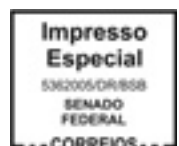


Senadores discutem cálculo do PIB com presidente do IBGE

O presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, fala hoje, a partir das 9h, aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos sobre as modificações no sistema de contas nacionais, que inclui nova metodologia de cálculo do produto interno bruto (PIB). Depois da palestra, a comissão vai examinar 11 propostas, entre as quais o pedido para contratação de crédito de US\$ 50 milhões para o Proágua. Também está na pauta projeto que abre nova possibilidade de uso dos recursos do FGTS. **Página 4**

Presídios devem ter bloqueador de celulares

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura deve votar hoje projeto que obriga as operadoras de serviço móvel de telefone a instalar bloqueadores de aparelhos celulares nas penitenciárias estaduais e federais. O objetivo da proposta, de autoria do então senador Rodolpho Tourinho, é impedir que os detentos usem os celulares para ações delituosas. Também está na pauta da comissão a mensagem presidencial que indica Antônio Domingos Bedran para o Conselho Diretor da Anatel. **Página 6**



Comissões debatem na quinta-feira a crise aérea

Audiência conjunta deve reunir o ministro da Defesa, o comandante da Aeronáutica e os presidentes da Infraero, da Anac e dos sindicatos das empresas e dos controladores de voo

A crise no setor aéreo, iniciada há seis meses com a queda de um avião da Gol em Mato Grosso e que culminou com a recente greve dos controladores de voo, vai ser debatida nesta quinta-feira por duas comissões do Senado. **Página 7**



Fotos/Roosevelt/Imtaro



Audiências foram solicitadas por Collor, Casagrande, César Borges (no alto, da esquerda para a direita) e Heráclito (E); Virgílio, Crivella e Quintanilha (D) discursaram ontem

Renan comparece a reunião de prefeitos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa hoje – juntamente com o presidente Lula e o deputado Arlindo Chinaglia – de reunião da 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. O evento reúne prefeitos de todo o país. **Página 3**

Esterilização cirúrgica pode ser antecipada

As comissões de Educação e de Assuntos Sociais realizam hoje audiência pública para debater projeto de Marcelo Crivella que reduz de 25 para 18 anos a idade mínima para se optar pela esterilização cirúrgica

voluntária, desde que o interessado tenha dois filhos vivos. O médico Drauzio Varella é um dos convidados para o debate, assim como representantes da OAB, da CNBB, do Fundo de População das Nações Unidas no

Brasil, do Conselho Federal de Medicina e do Ministério da Educação. Segundo o senador Marcelo Crivella, o atual limite de idade é “incompatível” com a realidade e com a estrutura jurídica do país. **Página 5**

Principais problemas da agropecuária foram analisados para elaborar proposta, diz Antônio Carlos Valadares

Comissão analisa criação do Estatuto do Produtor Rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se amanhã, às 11h, com o objetivo de analisar, entre outros itens, projeto de lei do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que institui o Estatuto do Produtor Rural. Segundo o autor, para a elaboração da proposta (PLS 325/06), que tramita em decisão terminativa na CRA, foram pesquisados com agricultores e profissionais de Ciências Agrárias os principais problemas vivenciados pelo produtor rural no exercício da atividade agropecuária.

“Esse estatuto cumpre o objetivo de ser o catalisador dos processos referentes às atividades relacionadas à produção agropecuária, reduzindo, assim, os custos de transação do agronegócio”, explicou Valadares, na justificativa ao projeto.

Nos diversos capítulos do estatuto, estão previstos temas como a função social da terra, o crédito, a assistência técnica e a extensão rural, o seguro agrícola, o acesso ao mercado e à terra, a infra-estrutura rural, a assistência social e a saúde do produtor, a preservação e conservação do meio ambiente, a defesa da agropecuária, a informação agrícola e as relações do trabalho rural.

Produtividade

Também está na pauta da comissão substitutivo de Kátia



Valadares: estatuto catalisa processos e reduz custos de transação do agronegócio

Abreu (DEM-TO) a projeto de lei de Lúcia Vânia (PSDB-GO) que dispõe sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade (PLS 202/05). A proposta, que deve ter decisão terminativa, altera a legislação que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária (Lei 8.629/93).

Outro projeto que poderá ser votado amanhã é o que obriga a adição de ferro e de ácido fólico nas farinhas de trigo, milho e mandioca produzidas e comercializadas no território nacional, inclusive as destinadas ao uso industrial (PLC 85/06). O objetivo é prevenir má-formação congênita em fetos, anemia em crianças e problemas na gravidez. A proposta tem parecer favorável do relator, Pedro Simon (PMDB-RS), e segue para o Plenário.

J.Freitas

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem pauta trancada por MPs

A sessão é deliberativa e começa às 14h. A pauta tem 26 itens e está trancada por seis medidas provisórias (MPs) e três projetos de lei de conversão (PLVs). A primeira MP a ser votada é a que concede crédito

extraordinário para empresas vinculadas aos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Defesa; da Fazenda; da Previdência Social; das Comunicações; e de Minas e Energia.



Planejamento familiar é tema de debate

As comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) reúnem-se às 10h para discutir projeto que altera a lei do planejamento familiar (Lei 9.263/96). O objetivo é tornar obrigatório o ensino da educação

sexual e reduzir a idade mínima para o exercício da opção pela esterilização cirúrgica. Estão convidados para o debate o médico oncologista Drauzio Varella e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil

(OAB), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil, do Ministério da Educação e do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Exposição sobre a auto-suficiência em petróleo

Segue até o dia 22 de abril, das 9h às 17h, no Salão Negro do Congresso, a exposição Auto-suficiência – uma caminhada de sucesso, um

mergulho informativo e sensorial na história do petróleo. Com sete ambientes que utilizam alta tecnologia e linguagem clara, a mostra, ofereci-

da pela Petrobras, proporciona, em um espaço multimídia, a chance de se conhecer mais de perto a caminhada até a auto-suficiência.

Infra-Estrutura vota indicação para Anatel

A Comissão de Infra-Estrutura (CI) reúne-se às 14h para votar a indicação de Antônio Bedran para o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Na pauta de nove itens

está também o projeto que obriga a instalação, pelas empresas de telefonia operadoras do Serviço Móvel Pessoal, de bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais.



Nova modalidade de cálculo do PIB

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem reunião marcada para as 9h destinada a ouvir

o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Pereira Nunes. O convida-

do falará aos senadores sobre a nova modalidade de cálculo do produto interno bruto (PIB).

Virgílio diz que vai cobrar promessas de Tarso Genro

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM) leu, ontem, da tribuna, trechos da entrevista concedida a Veja pelo ministro da Justiça, Tarso Genro. O senador disse que vai guardar a entrevista para cobrar de Genro suas declarações, “caso descumpra suas

promessas”.

Na avaliação do senador, os principais trechos da entrevista foram aqueles em que o ministro prometeu que o PT não vai “aparelhar o Estado”; que ele próprio terá “comportamento republicano”; que o governo não baixará

nenhum tipo de regulamento ou medida administrativa com viés “totalitário”; que nem o PT nem Lula vão tentar um terceiro mandato para o presidente; e que não está nos planos do PT forçar a realização de plebiscitos fora da esfera do Congresso Nacional.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Papaléo Paes, Paulo Paim, Valter Pereira, Augusto Botelho, Gilvam Borges, Marcelo Crivella e José Agripino



Cícero Lucena observa que recurso extra irá principalmente para ações sociais

Cícero Lucena diz que aumento será de R\$ 1,7 bi anuais

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) manifestou solidariedade aos mais de 3 mil prefeitos que realizam a 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Ele ressaltou que, desde a Constituição de 1988, são muitas as atribuições desses entes federativos, ao passo que os recursos enviados pelo governo federal para a implementação das políticas públicas mostram-se insuficientes.

O parlamentar lembrou que uma das reivindicações mais antigas dos prefeitos é a elevação em um ponto percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o que, segundo disse, representaria uma injeção de R\$ 1,7 bilhão a cada ano, para serem aplicados principalmente em ações sociais.

Cícero Lucena também comemorou a instalação, nesta quinta-feira, da Subcomissão Temporária sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Ele informou que o colegiado se debruçará sobre o estudo de propostas de novas metodologias e sistemas a serem adotados pelas prefeituras para o gerenciamento do lixo, bem como sobre a análise do processo de crescimento dos chamados "lixões".

– Faremos o diagnóstico do problema e, consequentemente, a identificação de casos exitosos, para promover o aprimoramento da legislação – afirmou Cícero Lucena, que foi apartado por Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Paulo Paim (PT-RS) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Mobilização dos dirigentes municipais tem como principais reivindicações aumento dos repasses do FPM, financiamento da saúde e regras sobre pagamento de precatórios

Prefeitos chegam a Brasília para cobrar os pleitos dos municípios

Aumento de um ponto percentual nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, regulamentação da emenda constitucional sobre financiamento da saúde, regras sobre pagamento de precatórios, alteração na lei de transporte escolar e normas para repartição do Fundeb – o fundo de manutenção da educação básica – são as principais reivindicações da 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que se inicia hoje.

O evento, reunindo prefeitos da maioria das cidades do país, será aberto às 10h, em sessão solene no Hotel Blue Tree Park. Deverão comparecer à reunião o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os presidentes da Câmara, Arlindo Chinaglia, e do Senado, Renan Calheiros.

Amanhã, o senador Efraim Morais (DEM-PB), diretor do Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo, falará aos prefeitos sobre o papel dos parlamentos municipais. Ele explicará a parceria do Interlegis com as câmaras locais, o programa de modernização dos



Renan comparecerá à abertura da 10ª Marcha, no Hotel Blue Tree Park

legislativos brasileiros e a pauta de reivindicações do Movimento Municipalista, encaminhada ao Congresso Nacional.

Fundeb

Também amanhã haverá painéis setoriais sobre os temas "O pacto pela Saúde", "O Fundeb e os Municípios", "O Papel dos Legislativos Municipais", "Desenvolvimento Urbano" e "A Vantagem dos Regimes Próprios de Previdência". À tarde, os prefeitos lançarão a quinta edição do Prêmio Prefeito Empreendedor, e em seguida ouvirão palestras sobre "O Desenvolvimento Mu-

nicipal e a Lei Geral da Pequena Empresa", "A Reforma Tributária e os Municípios" e "A Reforma Política".

Na quinta-feira, será realizada na Câmara dos Deputados sessão solene em comemoração dos dez anos da marcha dos prefeitos. Para o mesmo dia, está prevista exposição sobre A Reforma Federativa. Depois, os prefeitos se deslocarão para o auditório Petrônio Portela, do Senado, a fim de instalar a Bancada Municipalista e eleger seu presidente. No mesmo dia, eles lançarão a Carta da 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Na sessão solene de abertura, estarão na mesa, além do presidente Lula, de Renan Calheiros e Arlindo Chinaglia, os presidentes da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), João Paulo Lima e Silva. À tarde, Paulo Ziulkoski fará exposição sobre Diagnóstico da Crise dos Municípios. Às 17h30, os prefeitos estarão no Congresso, para reuniões com as respectivas bancadas estaduais.



Quintanilha diz que a primeira porta em que o cidadão bate é a da prefeitura

Quintanilha sugere repasse de parte do dinheiro da Cofins

Os cerca de 3 mil prefeitos que começam a chegar à capital federal a partir de hoje para participar da 10ª Marcha a Brasília contam com o apoio de Leomar Quintanilha (PMDB-TO) em suas reivindicações, sobretudo no que diz respeito à ampliação dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios. Uma alternativa para viabilizar o crescimento da receita das prefeituras, na avaliação do senador, seria o governo repassar uma parte da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

– Precisamos, diante da transferência continuada de afazeres para os municípios, criar os meios necessários para que os prefeitos possam cumprir com suas obrigações e atender às necessidades da população. É nos municípios que os cidadãos vivem, e é lá que eles têm suas demandas. A primeira porta em que eles batem quando precisam de algo é a do prefeito.

Quintanilha observou que, há pouco tempo, até mesmo prefeituras de pequeno porte tinham sua pequena patrulha mecanizada para atender às demandas dos milhares de moradores da área rural, com a construção e reparo de estradas vicinais

– Hoje, é raro o município brasileiro de pequeno e médio portes que pode manter uma pequena patrulha mecanizada, com um trator, uma motoniveladora, uma caçamba, uma pá carregadeira; enfim, com elementos mínimos necessários a oferecer ao homem do campo, que até hoje deu uma contribuição enorme ao país, suprimindo a mesa do povo brasileiro com um elemento essencial à vida: o alimento.

Parlamentares espanhóis querem ampliar intercâmbio com o Brasil

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe amanhã uma delegação de 14 deputados e senadores espanhóis integrantes do Grupo Parlamentar Brasil-Espanha, criado em 1998 como serviço de cooperação parlamentar entre os dois países. Presidido no Brasil pelo senador César Borges (DEM-BA), o grupo deverá discutir com Renan assuntos bilaterais, entre os quais o interesse brasileiro em liderar a produção mundial de biocombustível.

A delegação, que seguirá um roteiro que inclui também as cidades de Salvador e Rio de Janeiro,

trabalha pela intensificação do intercâmbio político, econômico e cultural entre Brasil e Espanha. A comitiva também será recebida pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, e terá reuniões de trabalho com as comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional das duas Casas do Congresso e com a representação brasileira do grupo Brasil-Espanha.

Em Salvador, a delegação se encontrará com o governador Jaques Wagner e com o prefeito João Henrique e deverá visitar o bairro do Candeal, a Escola de



César Borges é o presidente, no país, do Grupo Parlamentar Brasil-Espanha

Restauração, o Hospital Espanhol e o Centro Espanhol. A Bahia é um dos estados que mais receberam investimentos espanhóis. César Borges afirmou que tem especial interesse em ampliar a troca de experiência entre as duas nações.

Serys lembra 280 anos de Cuiabá e apóia movimento

A comemoração, no último domingo, dos 280 anos de Cuiabá foi lembrada ontem, em Plenário, pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Ela comentou uma série de reportagens publicadas pelo jornal Diário de Cuiabá, em que são lembradas

histórias e tradições da cidade.

Apesar das mudanças provocadas pelo desenvolvimento, a senadora observou que os cuiabanos ainda conservam a hospitalidade, a cordialidade e outros costumes antigos. Assim, seus moradores teriam preserva-

do os hábitos de sentarem-se na calçada ao cair da tarde, tomar pó de guaraná de manhã cedo, comer peixe fresco e manter a arquitetura dos prédios antigos da região central da cidade.

Serys também lembrou a mobilização dos prefeitos em Brasi-

lia e apoiou a reivindicação pelo aumento de um ponto percentual nos repasses do FPM, conforme proposta já aprovada pelo Senado e em exame na Câmara. Segundo afirmou, essa mudança representaria um 13º salário para as prefeituras.



Fátima Cleide: é preciso impedir prejuízos a Rondônia e ao Acre

Fátima pede regra de transição para sistema de energia

Ao registrar que Acre e Rondônia finalmente deverão, em 2008, ter seus sistemas de energia elétrica interligados ao restante do país, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) defendeu ontem a necessidade de se definir uma regra de transição para evitar que os dois estados tenham prejuízos como a perda de arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) ou o aumento das tarifas.

— As empresas geradoras de energia são as maiores contribuintes de ICMS em Rondônia e no Acre. Logo, a entrada da interligação afetará a arrecadação do imposto, o que traz implicações diretas na vida da população. Isso não pode ser ignorado e soluções precisam ser encontradas. O governo precisa flexibilizar suas regras na fase inicial de transição do Sistema Isolado para o Sistema Interligado Nacional (SIN), de tal forma que seja mantida a viabilidade econômica da região, sem sofrer processo de descontinuidade em seu crescimento responsável — afirmou.

A retomada das ações para a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho também foi apoiada por Fátima Cleide. Ela explicou que a chegada do gás de Urucu na capital rondoniense viabilizará a mudança da base de geração do maior produtor independente de energia elétrica dos estados de Rondônia e Acre, a Termonorte, que deixará de utilizar óleo diesel e passará a trabalhar com o gás.

Em aparte, Augusto Botelho (PT-RR) propôs a interligação do sistema de energia elétrica brasileiro com o venezuelano. Já Valdir Raupp (PMDB-RO) opinou que mais interessante, no momento, para Rondônia seria o governo construir a usina do rio Madeira, concluir o gasoduto Urucu-Porto Velho e pequenas hidroelétricas. Sibá Machado (PT-AC) defendeu a tese de que cada estado deve produzir o máximo de energia possível.

Comissão de Assuntos Econômicos debate hoje recentes modificações no sistema de contas nacionais

Presidente do IBGE explica a nova forma de calcular o PIB

O presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Pereira Nunes, falará hoje, às 9h, aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sobre as recentes modificações no sistema de contas nacionais, que inclui nova metodologia de cálculo do produto interno bruto (PIB) — a soma de todos os bens e serviços produzidos pelo país.

Com a palestra, a CAE está colocando em prática proposta de encontros técnicos regulares com titulares de órgãos do Executivo. O objetivo é permitir aos membros da comissão acompanhar de perto o debate sobre temas econômicos relevantes. A proposta foi aprovada em fevereiro, na primeira reunião do colegiado do ano, e não trará prejuízo às audiências públicas habituais, realizadas a partir de requerimento dos senadores para esclarecimentos sobre temas específicos, com autoridades, especialistas ou representantes da sociedade.

Divulgada em março, a nova série estatística do PIB promoveu uma revisão para cima do crescimento econômico nos últimos anos. Em 2006, o PIB foi elevado de 2,9% para 3,7%. Em vez dos 2,3% anteriormente anunciados, o crescimento de 2005 passou para 2,9%. Já em 2004, o PIB saltou de 4,9% para 5,7%.

Os analistas afirmam que a nova metodologia, que demorou cinco anos para ficar pronta, per-



Depois de ouvir presidente do IBGE, comissão analisa pauta com 11 propostas

mite captar com maior precisão o peso do setor de serviços na economia. A alteração provocará a revisão de outros indicadores da economia, como o superávit primário e o comparativo entre a dívida pública e o PIB (relação dívida/PIB). De acordo com o IBGE, a nova metodologia segue padrões indicados pela Organização das Nações Unidas e por outros organismos internacionais, já adotados por muitos países.

Crédito externo

Após a palestra com o presidente do IBGE, a comissão vai examinar pauta com 11 propostas, entre as quais mensagem do Executivo com pedido de autorização para a contratação de crédito externo de US\$ 50 milhões para financiamento parcial do Proágua (Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos

para o Semi-Árido Brasileiro).

Os senadores devem analisar, ainda, proposta (PLS 273/03) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) com o objetivo de permitir o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pelo empregado, para participação no capital da empresa onde trabalha. O parecer do relator, Mão Santa (PMDB-PI), é favorável ao projeto, mas a comissão poderá examinar o voto pela rejeição apresentado em separado pelo senador Edison Lobão (DEM-MA).

Outro projeto em pauta prevê limites a multas, juros de mora e despesas de cobrança decorrentes de atraso no pagamento de obrigações por parte dos consumidores. De autoria de Valdir Raupp (PMDB-RO), o PLS 172/06 recebeu voto favorável do relator, Jonas Pinheiro (DEM-MT).

Agripino cobra exame de vetos e aponta ameaça à indústria têxtil

O líder do Democratas na Casa, José Agripino (RN), quer agendar com o presidente do Senado, Renan Calheiros, a data da sessão do Congresso para exame de vetos presidenciais sobre os quais haja consenso entre governistas e opositoristas, além dos vetos à Emenda 3 da proposta que criou a Super-Receita e ao projeto que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Ele lembrou que já faz 20 dias que a apreciação desses vetos foi acertada entre Renan e os líderes partidários.

Agripino também chamou atenção para o impacto sobre a indústria têxtil nacional de acordo firmado entre Estados Unidos e Coreia do Sul para importação de confecções da Coreia do Norte, livre de impostos. Ele disse que esse acerto favorece a Coreia do Sul, que investiria na indústria têxtil norte-coreana e teria assumido o compromisso de controlar a política nuclear do país vizinho em troca da compra desses artigos sem taxaço pelos EUA.

O senador informou que o negócio foi fechado na mesma época em que o presidente Lula visitava os Estados Unidos.



Agripino espera decisão sobre Emenda 3 e dispositivos da Sudene e Sudam

Não bastasse o acerto entre EUA e Coreia do Sul, disse Agripino, persiste a ameaça de “três venenos” à indústria têxtil nacional: carga tributária de quase 50%, câmbio desfavorável às exportações — o dólar chegou perto de R\$ 2 — e a concorrência imposta pela China.

Mercadante quer evitar apartheid digital

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado um projeto de lei que busca universalizar o acesso à informática e à internet em estabelecimentos de ensino de todo o país. Para financiar a iniciativa, a proposta prevê o uso de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). A matéria, que será examinada hoje em reunião da CAE, é de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente do colegiado.

Ao justificar o projeto (PLS 103/07), o senador afirma que o acesso a redes digitais de informação não se encontra disponível a um grande número de estabelecimentos de ensino. Para ele, “tal realidade agrava ainda mais o quadro de exclusão social de estudantes de comunidades carentes, criando verdadeiro apartheid digital”. De acordo com a proposta, o Fust destinaria ao menos 75% de suas verbas a esse objetivo, entre 2008 e 2013.

O projeto altera a Lei 9.998/00 (Lei do Fust) para permitir que os valores arrecadados possam ser aplicados diretamente pela União, ou ainda mediante convênio com estados, Distrito Federal e municípios.

A proposta também altera a Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), acrescentando-lhe um artigo no qual se estabelece que, “até 31 de dezembro de 2013, todos os estabelecimentos públicos e particulares de educação básica e superior deverão dispor de acesso a redes digitais de informação para uso dos profissionais da educação e dos estudantes, conforme as especificações definidas pelos respectivos sistemas de ensino”. O relator da matéria na CAE é o senador Osmar Dias (PDT-PR).

Emenda

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentou uma emenda ao projeto, visando garantir a instalação e a manutenção, em cada estabelecimento de ensino, de no mínimo um computador com acesso à internet para cada dez alunos, além de treinamento dos profissionais da educação, contratação de seguro contra furto de equipamentos e instalação de equipamentos de proteção contra oscilações de corrente elétrica. A matéria terá de ser apreciada também na Comissão de Educação.

Paim adverte sobre os riscos do consumo excessivo de gordura trans

Em pronunciamento no qual registrou o transcurso do Dia Mundial da Saúde – 7 de abril –, o senador Paulo Paim (PT-RS) citou matéria da edição da semana passada da revista IstoÉ sobre o consumo excessivo de gordura trans no Brasil. O parlamentar advertiu sobre os males causados por produtos que contêm a substância, cobrando maior fiscalização das autoridades sobre sua venda, e se disse preocupado com o desconhecimento do brasileiro em relação ao assunto.

Paim listou uma série de doenças causadas pelo consumo exagerado de gordura trans, denunciando que está sendo descumprida a legislação que obriga as fábricas a incluírem nas embalagens a discriminação das substâncias usadas no preparo do alimento. Ele citou projeto de sua autoria que prevê a inclusão de tarja preta de advertência na embalagem de produtos que contenham gordura trans.

Entre as doenças causadas pelo consumo da substância, segundo o senador, estão obesidade,



Paim cobra fiscalização sobre a venda de produtos que contenham a substância

distúrbios alimentares, diabetes e enfarte do coração por entupimento de artérias e decorrente do excesso de colesterol considerado ruim (LDL). Esse tipo de gordura é encontrado principalmente em margarinas, nas massas prontas e em frituras, informou Paulo Paim.

– Países como a Dinamarca já proibiram o uso de produtos à base de gordura trans e, na cidade de Nova York, por exemplo, nenhum restaurante serve produto composto por essa substância – finalizou.

Augusto elogia ações para conter avanço da Aids entre as mulheres

O senador Augusto Botelho (PT-RR) elogiou o Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis, lançado pelo governo para prevenir a contaminação das mulheres, grupo no qual a Aids tem crescido mais. O parlamentar também mencionou a campanha governamental que será desenvolvida para conscientização a respeito da doença, durante os Jogos Panamericanos, em julho, no Rio de Janeiro.

– O lançamento do plano mostra a agilidade do governo federal em responder a um fenômeno alarmante – afirmou.

De acordo com dados citados pelo senador, a proporção entre homens e mulheres infectados pelo vírus da Aids vem se invertendo, passando de 15,1 homens para cada mulher infectada, em 1986, a 1,5 homem por mulher infectada, em 2005.

Augusto Botelho também chamou a atenção para o aumento do número de infecções entre mulheres na faixa de 30 a 34 anos, que passaram de 1.527 casos, em 1996, para 2.426 casos, em 2006. Entre as mulheres idosas, a situação é ainda mais grave, passando de 1,7 para 4,6 casos em 100 mil



Plano para reduzir o problema demonstra agilidade do governo, diz Augusto Botelho

habitantes a incidência na faixa dos 60 anos.

Outro dado preocupante, na opinião do senador por Roraima, é a “interiorização” da Aids, verificada por meio do aumento do número de municípios brasileiros com pelo menos um caso da doença em mulheres, desde 1980.

Abordando especificamente a campanha contra a Aids durante os Jogos Panamericanos, o parlamentar explicou que ela vai alertar os atletas para os riscos da doença e a importância da auto-estima como forma de evitar situações que levem ao contágio. No início dos jogos, cada atleta receberá um kit com preservativos, camisetas e informações sobre a prevenção da Aids.

Audiência conjunta objetiva instruir projeto que determina a redução da idade mínima para opção por procedimento cirúrgico, hoje fixada em 25 anos

Comissões discutem esterilização voluntária a partir dos 18 anos

As comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) realizam hoje audiência pública conjunta para instruir projeto que reduz a idade mínima para a opção pela esterilização cirúrgica voluntária dos atuais 25 anos para 18 anos, desde que o interessado tenha dois filhos vivos. O debate da proposta, que modifica a lei do planejamento familiar (Lei 9.263/96), foi sugerido pelos senadores Cícero Lucena (PSDB-PB), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Flávio Arns (PT-PR).

Para Crivella, autor da matéria (PLS 284/06), o atual limite para a opção pela esterilização cirúrgica é “incompatível” com a realidade e com a estrutura jurídica do país. No Código Civil, observou, a menoridade cessa aos 18 anos, quando o cidadão fica habilitado a todos os atos da



Para Crivella, autor do projeto, lei atual é “incompatível” com a realidade do país

vida civil, inclusive para a adoção de filhos.

Foram convidados para o debate Herilda de Sousa, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Ieda Verreschi, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Drauzio Varella, médico

oncologista; Alanna Armitage, representante do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil; Pedro Chacel, conselheiro do Conselho Federal de Medicina (CFM); e um representante do Ministério da Educação.

A proposta instituiu o dia 12 de janeiro como o Dia do Planejamento Familiar e torna obrigatória a instrução da educação sexual nos ensinos fundamental e médio, bem como durante a formação oferecida no serviço militar. O relator na CE, senador Edison Lobão (DEM-MA), apresentou emenda para que tal obrigatoriedade não seja aplicada, como previa o texto original, em cursos de formação das polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária Federal. A medida, na opinião do parlamentar, ultrapassa as intenções previstas do projeto.

Projeto sobre controle de qualidade de alimentos pode ser votado na CAS

Os alimentos consumidos pelos brasileiros poderão ser submetidos a análises periódicas para controle dos padrões de qualidade e identificação de contaminação por agrotóxicos. É o que prevê projeto em exame na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne amanhã para votar pauta que inclui outros nove itens.

O substitutivo do relator, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), ao PLS 152/06, de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), foi acolhido na CAS no dia 28 último e amanhã será votado em turno suplementar, para decisão terminativa.

A comissão também deve exa-

minar projeto da Câmara (PLC 78/06) que assegura ao funcionário público o direito de renúncia à aposentadoria concedida pelo Regime Geral de Previdência Social, para obtenção de outra mais proveitosa, em cargo público diverso. O texto tem parecer favorável do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB).

Na justificativa da matéria, o autor afirma que o direito de renúncia tem sido reconhecido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Poder Judiciário, mas o Instituto Nacional do Seguro Social “insiste em indeferir essa pretensão, compelindo os interessados a recorrerem à Jus-



Serys propõe análises periódicas para evitar contaminação por agrotóxicos

tiça para obter o reconhecimento do direito”.

Ainda na pauta da CAS, entre outras matérias, projetos sobre isenção parcial de contribuição previdenciária para empresas que adotam turno extra de trabalho (PLS 334/03) e sobre o trabalho do menor aprendiz (PLS 93/03).



Wellington é autor do requerimento para realização da audiência pública

Ministro debate com senadores programas de ciência e tecnologia

O ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, deverá participar amanhã de audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O objetivo da reunião é permitir que os senadores discutam

com o ministro as diretrizes e os programas prioritários do Ministério da Ciência e Tecnologia. A audiência, sugerida pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG), será realizada a partir das 8h45, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa.



Raupp destaca que juíza de Rondônia foi esfaqueada em Díli, mas agora passa bem

Raupp saúda juíza observadora de eleição no Timor

Valdir Raupp (PMDB-RO) saudou a juíza Sandra Silvestre, do Tribunal de Justiça de Rondônia, designada como observadora das eleições presidenciais do Timor Leste. A juíza foi esfaqueada numa rua da capital do Timor, Díli, numa tentativa de assalto, mas passa bem, mesmo tendo recebido 50 pontos nas mãos e nos braços.

No mesmo discurso, o senador cobrou uma solução mais rápida do governo para o projeto do gasoduto Urucu-Porto Velho, em Rondônia. De acordo com ele, a paralisação do projeto é inexplicável, uma vez que o Ibama já concedeu a licença para a licitação da obra há um ano.



Claudino pede a recuperação da primeira fábrica de laticínios construída no Nordeste

Claudino defende tombamento de fábrica no Piauí

O senador João Vicente Claudino (PTB-PI) defendeu a recuperação e o tombamento de uma fábrica de laticínios instalada há 110 anos no município de Campinas do Piauí, e atualmente desativada. De acordo com o parlamentar, essa fábrica foi a primeira a ser construída no Nordeste e a segunda no país.

Claudino destacou ainda o lançamento de dois livros: Vão de Ícaro: tensões e dramas de um industrial no sertão, do historiador Marcos Vilhena, sobre o engenheiro Antonio José Sampaio; e 500 Anos do Leite no Brasil, de João Castelo Dias.

Comissão de Infra-Estrutura deve votar hoje, em decisão terminativa, projeto que faz parte do pacote antiviolença e que objetiva combater o crime organizado

Penitenciárias poderão ter bloqueador de sinal de celular

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deve votar hoje, em decisão terminativa, um dos últimos projetos de lei que fazem parte do pacote antiviolença e que ainda dependem de deliberação. É o projeto do então senador Rodolpho Tourinho que obriga as operadoras do serviço móvel de telefone a instalarem bloqueadores de aparelhos celulares nas penitenciárias estaduais e federais.

O objetivo da proposição (PLS 137/06) é impedir que os detentos, em especial os chefes do crime organizado, usem livremente os celulares para ações delituosas.

A mobilização do Senado contra a violência cresceu após o assassinato do menino João Hélio, de seis anos, em 7 de fevereiro deste ano. O crime motivou

o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), a determinar a criação de um grupo de trabalho formado por seis senadores para, num prazo de 45 dias, analisar as propostas sobre segurança pública em tramitação na Casa e apresentar outros projetos.

Entre as proposições já aprovadas pela CCJ e que fazem parte do pacote antiviolença, destacam-se a que tipifica o crime organizado, incluindo crimes contra o sistema financeiro, ambiental e de informática; e a que torna a videoconferência um meio jurídico legal nos interrogatórios e audiências judiciais. Deverá ser votado ainda, nos próximos dias, substitutivo a seis PECs que

tratam da redução da maioria penal de 18 para 16 anos de idade. A matéria é considerada a mais polêmica do pacote.

Anatel

A CI deve examinar ainda mensagem presidencial indicando o nome do advogado Antônio Domingos Teixeira Bedran para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Se aprovada, a indicação segue para votação em Plenário.

Antonio Bedran foi presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) entre 1994 e 1995. Ele também presidiu o Conselho de Administração da Telecomunicações de Minas Gerais (Telemig) de 1995 a 1998.

Gilvam quer incentivo para trabalho e qualificação profissional de presos

Projeto que concede incentivos fiscais às empresas que investirem na qualificação profissional e recuperação da mão-de-obra prisional foi apresentado por Gilvam Borges (PMDB-AP).

– Com esse projeto, chamo a atenção dos empresários para a necessidade de participarem da solução desejada para o fim da insegurança. Por ele, as empresas poderão abater, para apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, 100% do que investirem com a remuneração e formação de mão-de-obra prisional sobre seus

impostos – afirmou.

O projeto (PLS 148/07) também pretende regulamentar o inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição federal. O senador lembrou que o inciso é fruto da Emenda 45/04 – derivada da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ratificada pelo Brasil em setembro de 1992 –, que estabelece ser imprescindível o tempo razoável para a duração do processo criminal.

O projeto, amparado por “estudo aprofundado” encomendado por Gilvam, estabelece que um processo criminal não poderá



Empresas serão motivadas a contribuir para o fim da violência, afirma Gilvam

durar mais do que três anos.

O senador também pediu ao presidente Lula que se aproxime do Congresso Nacional para realizar as reformas tributária e política, também defendidas, em aparte, pelo senador Marco Maciel (DEM-PE).

“Violência e juventude” é tema de audiência

A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente realiza hoje – Dia Nacional de Mobilização contra a Redução da Maioridade Penal –, a partir das 14h, debate sobre o tema “Violência e Juventude”.

A audiência será promovida em parceria com o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) e com o Conselho



Patrícia coordena a Frente da Criança e do Adolescente, que organiza o evento

Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Entre os convidados, estão a diretora-executiva do Instituto Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (Ila-

nud), Karyna Sposato; o oficial de projetos do Unicef Mário Volpi; a secretária da Criança e do Adolescente do governo federal, Carmem Oliveira; e a secretária nacional do Fórum DCA, Tiana Sento-Sé.

De acordo com a coordenadora da frente parlamentar, Patrícia Saboya (PSB-CE), o objetivo da audiência é aprofundar as discussões e reflexões sobre a violência, analisar a situação dos adolescentes em conflito com a lei e debater a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na busca de melhores condições de vida da população infanto-juvenil.



Valter Pereira: a sociedade clama por medidas como a redução da maioria

Maioria aprova a pena de morte, diz Valter Pereira

Pesquisa que revela o aumento do número de brasileiros favoráveis à pena de morte foi destacada por Valter Pereira (PMDB-MS). Entre os entrevistados pelo Instituto Datafolha, 55% se disseram favoráveis e 40% se manifestaram contra a adoção da medida. A pesquisa foi publicada no domingo pelo jornal Folha de S. Paulo.

– Trata-se do índice mais elevado de aprovação desde que a pesquisa começou a ser realizada, em 1991 – afirmou o senador.

Para Valter Pereira, o levantamento, feito nos dias 19 e 20 de março, demonstra que a discussão sobre a redução da maioria penal “está aquém do que a sociedade está pedindo” como método para combater a violência.

– Não é possível que o Congresso vá se conduzir de forma passiva e ficar indiferente ao clamor popular, que quer, sim, que penas mais duras sejam adotadas para enfrentar a criminalidade.

Educação

Valter ponderou que não se pode ignorar o “componente social por trás da criminalidade” e pontuou que a mera alteração da legislação não resolverá a questão da violência no país se não vier acompanhada de ações, por parte do Executivo, que promovam a educação e levem à geração de empregos.

– Fornecer empregos é fundamental para oferecer perspectivas a milhares de jovens e adolescentes que, de outra forma, acabariam buscando sua ocupação junto aos delinquentes profissionais.

O parlamentar acrescentou que a pesquisa anterior, feita em agosto do ano passado, mostrou que 51% dos entrevistados já eram favoráveis à adoção da pena capital e 42% contrários.

– Portanto, não se pode alegar que a demanda pelo recrudescimento da legislação é fundamentada na comoção pelo assassinato de João Hélio. Aquilo que muitos imaginam que está sendo discutido em clima de emoção, para o povo já está consolidado – assinalou.

Crivella defende equipamentos do Cindacta

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) criticou ontem os parlamentares que querem criar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as causas do chamado apagão aéreo. Crivella defendeu a competência dos controladores de voo e disse que os equipamentos utilizados pelos quatro Cindactas não são velhos nem ultrapassados.

– Mesmo nessa questão de falar inglês, os controladores já estão matriculados em cursos da língua. Os controladores são bons. Estavam no movimento grevista, mas saíram e pediram perdão. Estamos superestimando os riscos – assinalou.

Crivella frisou que o acidente com o Boeing da Gol foi provocado pelo transponder desligado no jato Legacy da ExcelAir e que, por isso, seria impossível ser detectado por radar. O senador afirmou que a mudança do Departamento de Aviação Civil (DAC) para Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) trouxe um crescimento para o qual o país não estava preparado.

Heráclito Fortes (DEM-PI) observou, em aparte, que, se não existe problema com os controladores e os equipamentos foram renovados, é preciso investigar por que existe uma crise.

– O equipamento está sucateado. O acidente da Gol apenas abriu os olhos para o que já vinha acontecendo e que o ex-ministro da Defesa, José Viegas, alertou. O governo não tomou nenhuma providência. Aplauda a disposição de vossa excelência para defender o governo do qual faz parte, mas maneire nessa crise do apagão aéreo, que é gravíssima – concluiu.

Ministro da Defesa, comandante da Aeronáutica e presidentes da Infraero e da Anac são convidados para reunião conjunta prevista para quinta-feira

Comissões fazem audiência pública sobre apagão aéreo

A crise no setor aéreo, que começou há seis meses, com a queda de um avião da Gol em Mato Grosso e culminou com a greve dos controladores de voo, em 30 de março, vai ser debatida por duas comissões do Senado. Em audiência conjunta prevista para quinta-feira, às 10h, as comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) pretendem ouvir o ministro da Defesa, Waldir Pires; o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito; e os presidentes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi, e da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), José Carlos Pereira.

Também foram convidados os presidentes da Associação Brasileira dos Controladores de Tráfego Aéreo (ABCTA), Wellington Rodrigues, e do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA), José Márcio Mollo, bem como o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita. As audiências foram solicitadas pelos senadores Heráclito Fortes (DEM-PI), César Borges (DEM-BA), Fernando Collor (PTB-AL) e Renato Casagrande (PSB-ES). A primeira, prevista inicialmente para hoje, seria realizada pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, mas o presidente do colegiado, senador

Leomar Quintanilha (PMDB-TO), anunciou ontem à noite, no Plenário do Senado, a decisão de realizar a reunião conjunta, pela coincidência do tema e dos convidados.

Caos

Casagrande disse que o Senado e a opinião pública precisam ter conhecimento claro dos problemas que o setor enfrenta e, principalmente, das providências que as autoridades estão tomando.

Segundo César Borges, há um “problema imenso” no tráfego aéreo do Brasil, que afeta até o desenvolvimento do país. Ele observou que a oposição propôs uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo, na Câmara dos Deputados.

Arthur Virgílio ameaça propor CPI no Senado para investigar Infraero

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), mostrou-se indignado com conteúdo de matéria publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, segundo a qual os governistas estariam acusando a oposição de estar temerosa com as possíveis investigações de irregularidades praticadas na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Arthur Virgílio ameaçou apresentar requerimento à Mesa propondo a criação imediata de uma CPI no Senado, em vez de esperar

a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a instalação da CPI do Apagão Aéreo na Câmara dos Deputados, caso os governistas insistam nessa tese.

– Eu fico mesmo muito tentado a propor uma CPI aqui no Senado, caso o deputado Carlos Wilson [PT-PE] não retire o que acabou de dizer – disse.

O senador recordou os termos finais da CPI do Banestado, que, criada para investigar irregularidades naquele banco, acabou respingando no governo e atingindo o presidente do Banco Central à época, Gustavo Franco, e também



Virgílio rebate acusação de que oposição teme investigações sobre governo FHC

seu atual presidente, Henrique Meirelles, este último excluído do relatório final. Arthur Virgílio afirmou que a oposição, ao contrário do que diz a matéria, não teme de forma alguma qualquer investigação sobre a estatal no governo Fernando Henrique.

Papaléo alerta para ONGs estrangeiras na região amazônica

Papaléo Paes (PSDB-AP) declarou ontem, em Plenário, que é preciso estar atento à ação das organizações não-governamentais (ONGs) estrangeiras que atuam na Amazônia e, não raro, em territórios indígenas. Ele também citou uma reportagem segundo a qual diversas empresas de outros países vêm exercendo atividades ilegais relacionadas ao extrativismo mineral e vegetal, além de pesquisas clandestinas com exem-



Papaléo: é alarmante a presença de organizações do exterior na área

plares da biodiversidade.

– É alarmante a presença estrangeira em toda a área. E nós sabemos muito pouco sobre o que fazem – afirmou.

Papaléo disse ainda que várias dessas ONGs atuam no país como ramificações de grupos

políticos e financeiros provenientes dos Estados Unidos, do Japão e de países europeus. Essas organizações, acrescentou, seriam beneficiadas pela falta de controle por parte do governo federal.

Salário mínimo

O senador anunciou que apresentou emenda à Medida Provisória 362/07 – que eleva o salário mínimo de R\$ 350 para R\$ 380 a partir de 1º de abril. A emenda visa à concessão de um reajuste maior, ampliando o piso para R\$ 400.

Papaléo observou que o presidente Lula não cumpriu a promessa de que dobraria o valor do salário mínimo em quatro anos.



Fotos: Rossetti/Infraero

Presidente não resolveu problemas detectados por ex-ministro, diz Heráclito

Para Heráclito, Lula é o maior responsável pela crise na aviação

O presidente Lula é o maior responsável pela crise na aviação que atinge o país desde o ano passado, na opinião do senador Heráclito Fortes (DEM-PI). Ele disse que, no dia 30 de outubro de 2003, o então ministro da Defesa, José Viegas Filho, entregou ao presidente da República um relatório com detalhes sobre o setor aéreo nacional, incluindo informações sobre o espaço e controle aéreo, tarifas, disputa pelos mercados e até sobre preço dos combustíveis. Lula teria sido omissivo ao não determinar nenhuma providência para resolver os problemas detectados.

– Se o presidente estivesse tão interessado em resolver a questão, não teria contingenciado os recursos destinados à segurança de voo alocados no Orçamento do ano passado – afirmou.

Na avaliação do senador, a crise do setor aéreo aumentou quando o presidente da República, em viagem para os Estados Unidos, desautorizou o Comando da Aeronáutica a prender os líderes da greve dos controladores de voo. Heráclito frisou temer que a missão da Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata) que visitará o Brasil retire do país e delegue ao Chile a responsabilidade pelo controle do espaço aéreo da América Latina.

Em aparte, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) observou que os problemas do setor, por virem se acumulando há vários anos, não podem ser resolvidos imediatamente. Ele assinalou que o Orçamento deste ano, do qual foi relator no Congresso, destina cerca de R\$ 540 milhões para aparelhamento e modernização do controle do tráfego aéreo nacional.

CPI das ONGs

Heráclito pediu que os líderes do PR e do PT indiquem os membros que participarão da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigará as organizações não-governamentais (ONGs).



Dornelles aplaude previsão de duas plataformas de petróleo no Rio de Janeiro

Dornelles elogia Lula por dar prioridade à indústria naval

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) parabenizou o presidente Lula por haver anunciado em seu programa de rádio, Café com o Presidente, prioridade para a indústria naval brasileira.

Ao chamar a atenção para a elevada carga tributária que incide sobre o setor naval no Brasil – colocando as empresas instaladas no país em desvantagem em relação

às concorrentes no exterior –, Dornelles se disse particularmente satisfeito e “lisonjeado” com a garantia dada por Lula de que as plataformas de extração de petróleo P-55 e P-57 deverão ser construídas em estaleiros do Rio de Janeiro, seu estado.

– Seria importante reduzirmos substancialmente o custo Brasil, envolvendo as empresas brasilei-

ras de navegação. Se não fosse possível eliminar diretamente alguns desses custos deveríamos pensar numa forma de compensar as empresas navais brasileiras através da utilização do Fundo de Marinha Mercante de uma forma indireta – aconselhou.

Segundo ele, “não é possível que um país da dimensão do Brasil, com a engenharia naval

de que dispõe, com a estrutura de construção de navios e plataformas que possui, continue a importar as plataformas”. O senador lembrou ainda que muitas empresas de navegação, instaladas em paraísos fiscais, não têm despesas com impostos e contribuições previdenciárias e trabalhistas como ocorre com as sediadas no Brasil.

Ideli comemora melhoria da distribuição de renda no país

Líder do PT destaca indicadores de crescimento e ressalta que “se tivéssemos apenas aguardado o país crescer, a diminuição da desigualdade levaria muito mais tempo”

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), comemorou os resultados de estudo elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que aponta a melhoria da distribuição da riqueza no país ocorrida durante o governo do presidente Lula.

A senadora afirmou que, no trabalho, os pesquisadores Miguel Foguel e Gabriel Ulysses consideraram a prioridade dada pelo governo petista às políticas públicas de inclusão como a principal causa da diminuição da concentração de renda.

– Se tivéssemos aguardado, única e exclusivamente, o país crescer, essa diminuição da desigualdade levaria muito mais



Ideli: o Brasil está crescendo e tendo, ao mesmo tempo, políticas de inclusão social

tempo; ou seja, o Brasil está crescendo e, ao mesmo tempo, está tendo políticas públicas de inclusão social que aceleram a diminuição da desigualdade

– disse ela.

Ideli citou ainda alguns indicadores de melhor desempenho da economia brasileira, tais como o aumento de 18,5% nas vendas de automóveis e veículos comerciais em 2006 – o melhor índice desde 1997–, de 22,5% nas vendas de motos, e de 29% nas de máquinas agrícolas.

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) parabenizou Ideli pelo pronunciamento. Ele afirmou que “o aumento da distribuição de renda verificado no país nos últimos anos acabou por invalidar a conhecida teoria sobre a necessidade de fazer primeiro crescer o bolo econômico, para somente depois distribuí-lo à população”.

Maciel aponta novas possibilidades de disseminação do conhecimento

A importância das bibliotecas digitais e do livro eletrônico (e-book) como novas formas de disseminação do conhecimento foi destacada por Marco Maciel (DEM-PE). Para o senador, “é fundamental assegurar a todos o acesso à cultura letrada e digital para construção de uma sociedade mais justa”. O processo da informatização das bibliotecas, segundo Maciel, já ocorre no Brasil em escala razoável.

– Podemos percorrer seus acervos, pesquisar suas bibliografias por assunto, autores e outras informações úteis, como editoras, ano de publicação e idioma, por exemplo – explicou.

Já o e-book é uma “promessa ainda não cumprida”, mas, observou, pode abrir a possibilidade de cada indivíduo ter consigo uma

“biblioteca ambulante”. Maciel citou um artigo publicado em 2004 no qual o jornalista e escritor Sérgio Augusto previa que dali a 20 anos, 15 milhões de livros estariam ao alcance dos internautas.

– Não há porque acreditar no desaparecimento do texto impresso. O livro continuará indispensável à formação e ao enriquecimento cultural da Humanidade – afirmou.

Não se pode esquecer, alertou, que essas possibilidades esbarram na discussão sobre o respeito aos direitos de propriedade intelectual. Uma alternativa proposta por ele é assegurar que as bibliotecas virtuais só dêem acesso a obras cujos direitos autorais caíam em domínio público. Maciel também apontou como obstáculo a demanda de custos com papel,



Marco Maciel destaca a importância das bibliotecas digitais e dos livros eletrônicos

tinta e energia para imprimir os livros da internet.

– As universidades, editoras e bibliotecas universitárias podem vir a ter uma enorme responsabilidade no caminho a ser percorrido para que estudantes, autores, leitores e professores consigam viver em harmonia, com benefícios para todos e sem prejuízo para qualquer dos interessados.

Maciel disse ainda que é essencial garantir a presença de boas bibliotecas nas escolas.

Sibá defende coalizão entre PT, PMDB, DEM e PSDB pela democracia

Sibá Machado (PT-AC) conclamou o PT, o PMDB, o PSDB e o DEM a superarem suas diferenças e montarem uma coalizão em prol do desenvolvimento e da consolidação da democracia do país. Esse entendimento passaria, conforme assinalou, pelo fim da reeleição e pela fixação de mandato de cinco anos para chefes do Poder Executivo, medidas previstas em proposta de emenda à Constituição de iniciativa de Sibá.

– A coalizão pode ser um marco do governo Lula, assim como foi o registro dos dois partidos comunistas durante o governo Sarney – comparou.

Para Sibá, as eventuais imperfeições do atual governo têm de ser corrigidas agora. Apesar desses percalços, o petista acredita que o regime democrático no Brasil – não obstante os golpes sofridos nesses 118 anos de



Sibá pede união pelo fim da reeleição e por mandato presidencial de cinco anos

República – caminha para sua consolidação.

Em relação à PEC sobre o fim da reeleição, Sibá Machado disse ter consultado Lula sobre o assunto. Segundo revelou, o presidente teria elogiado a iniciativa, ao mesmo tempo em que teria rechaçado proposta do deputado Devanir Ribeiro (PT-SP) sobre um terceiro mandato presidencial.

ACM relata visita que fez a Lula e diz que continua opositorista

Afirmando que continua na oposição ao governo, o senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) relatou a visita que fez ao presidente Lula, a convite deste, na última quarta-feira, no Palácio do Planalto. Antonio Carlos disse que o objetivo do encontro era agradecer pela visita que Lula lhe fez quando estava enfermo no Instituto do Coração (Incor), em São Paulo.

– Eu fui agradecer a gentileza. Saí de lá ainda opositorista e isso não vai me impedir de conversar, se ele quiser – afirmou.

O senador destacou que tomou o cuidado de, antes de procurar Lula, falar com o presidente do seu partido, deputado Rodrigo Maia (RJ), e com o líder no Senado, José Agripino (RN).

Antonio Carlos ressaltou que não tratou de assuntos relacionados à Bahia, como a indicação do deputado Geddel Vieira Lima



Antonio Carlos afirma que, se o presidente quiser, eles voltarão a conversar

(PMDB-BA) para o Ministério da Integração Nacional.

– Também não ataquei o ministro da Defesa. Se Waldir Pires não é acatado pelos seus subordinados, sou eu que vou atacá-lo?

Ele também disse que Lula demonstrou interesse pela reforma política e que conversaram sobre economia, etanol, a relação com os Estados Unidos e o Programa de Aceleração do Crescimento.